



CÂMARA DOS DEPUTADOS

## **COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

### **PROJETO DE LEI Nº 1.965/2007**

Altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Autor : Deputado. MARCELO ORTIZ

Relator : Deputado SARNEY FILHO

### **PARECER VENCEDOR**

#### **I – RELATÓRIO**

A proposição apresentada pelo ilustre Deputado Marcelo Ortiz (PV-SP), que intenta alterar os arts. 25, 29, 31, 38, 44, 50, 52, 70 e 71 da Lei nº 9.605 de 1998, que “dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências”, além de propor a inclusão de mais dois artigos, de números 38-A e 52-A, à referida Lei, também conhecida como “Lei de Crimes Ambientais”.

O autor argumenta que a lei não prevê a venda, a troca ou a permuta de bens apreendidos, nem o seu uso pela autarquia. É permitida somente a adoção, causando confusão, uma vez que há vários problemas no processo de adoção. Nem sempre há entidades a receber os bens doados e, muitas vezes, o transporte desses bens é inviável. O autor ressalta que a proposição pretende ampliar as possibilidades de destinação dos bens apreendidos, bem como fazer diversos outros ajustes a artigos da Lei de Crimes Ambientais (LCA) e criar novos tipos de infração.

O Projeto de Lei nº 4.099/2008, da Deputada Rebecca Garcia, que “altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, no que se refere à destinação da madeira apreendida”. O projeto altera o art. 25, modificando o § 2º e acrescentando os §§ 5º a 9º. De acordo com a proposta, os produtos perecíveis deverão ser doados enquanto as madeiras deverão ser avaliadas e doadas ou, alternativamente, leiloadas, nos termos da Lei nº 8.666/1993. São estabelecidos critérios para as empresas participantes do leilão e para a destinação dos recursos dele oriundos.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Posteriormente, o Projeto de Lei nº 4.489/2008, do Deputado Renato Amary, que “Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, quanto às regras sobre apreensão do produto e do instrumento de infração administrativa ou de crime”, foi apensado ao PL 1.965/2007. A proposição tem por objetivo modificar o § 4º do art. 25 da LCA, bem como acrescentar os §§ 5º e 6º ao mesmo artigo. O autor justifica a proposta argumentando que o art. 25 da LCA apresenta lacunas importantes, como a diferenciação entre apreensão, confisco de instrumentos ilícitos e perda do produto do crime em favor da União. O relator destaca a necessidade de tornar compatível o art. 25 com o Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848/1940). O autor também ressalta que a restituição de veículos, embarcações e instrumentos ocorra somente após o pagamento da multa devida pelo infrator.

## II – VOTO DO RELATOR

A presente matéria ao propor a alteração dos artigos da Lei nº 9.065, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais), tem o intuito de aprimorar a legislação vigente, ao tempo em que, procura adequá-la à realidade operacional dos órgãos responsáveis pelo controle ambiental no nosso País.

Hoje existem muitas dificuldades à correta destinação de bens apreendidos pela fiscalização ambiental, uma vez que não há previsão para a possibilidade de alienação na forma de venda, troca ou permuta, nem a destinação para uso próprio dos órgãos fiscalizadores do meio ambiente.

Desta forma, são necessárias as modificações propostas especialmente ao art. 25, que possibilitará a ampliação do leque de alternativas para a destinação dos bens apreendidos às diversas modalidades de entidades bem como da venda, da permuta e uso próprio. A dinâmica processual de alienação dos bens perecíveis e não perecíveis, dos instrumentos e das embarcações e veículos utilizados na prática da infração ambiental, também é alterada, para melhor.

No âmbito dos demais artigos, são propostas importantes alterações e inclusões, as quais permitirão os ajustes necessários, fazendo com que as imperfeições e as dificuldades na aplicação dos dispositivos sejam superadas.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

À luz do exposto, apesar das importantes argumentações utilizadas pelo ilustre senhor Relator, Deputado Wandenkolk Gonçalves, o não acatamento da proposição, na sua forma inicial, certamente, acarretará prejuízos ao meio ambiente, devendo a proposta original do PL 1.965, de 2007 prosperar, com os ajustes ora apresentados que julgamos pertinentes.

Diante do exposto, votamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.965 de 2007 e dos Projetos de Lei nºs 4.099 de 2008 e 4.489 de 2008, apensados, na forma do substitutivo que apresentamos.

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2009.

Deputado **SARNEY FILHO**

Relator



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 1.965, de 2007**

**(Do Dep. MARCELO ORTIZ)**

Altera dispositivos da Lei 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera dispositivos da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.

Art. 2º O art. 25, da Lei nº 9.605, de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 25 .....

§ 1º Os produtos e subprodutos da fauna, da flora e dos recursos pesqueiros, perecíveis e não perecíveis, assim como os instrumentos utilizados na prática da infração administrativa, apreendidos pela fiscalização ambiental e órgãos conveniados, serão alienados mediante venda, permuta ou doação. (NR)

§ 2º Para efeito desta lei, entende-se por produto e subproduto perecíveis e não perecíveis:

**I – Perecíveis:**

a) Flora: madeira em toras não imunizada e/ou não industrializada, carvão vegetal, palmito, xaxim, óleos, resinas, cipós, bulbos, raízes e folhas, lenha, madeira do tipo laminada, faqueada, aglomerada, compensada, chapa de fibra e chapa de partícula, postes, escoramentos, palanques roliços, toretes, mourão, madeira serrada, dormentes, achas, lascas, pranchão, bloco;



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

b) Fauna silvestre, exótica ou doméstica: larvas, ovos, carcaça inteira, eviscerada ou não, desossada, partes, couro, e pele *in natura*, cujo processo de deterioração ocorre de forma rápida;

c) Recurso pesqueiro: espécie do grupo de peixe, crustáceo, molusco e vegetal hidróbio, e demais invertebrados aquáticos passíveis de exploração econômica, morto *in natura*, ou beneficiado, cuja deterioração ocorre em tempo muito rápido.

### **II - Não Percíveis:**

a) Fauna: espécime da fauna silvestre nativa na forma de adorno, artesanato e similares de produtos e objetos dela oriundos, tais como as partes, penas, peles;

b) Flora: qualquer tipo de madeira industrializada e/ou imunizada;

c) Instrumentos: equipamentos, veículos, embarcações, petrechos, redes, tarrafa, vara de pesca, carretilha, molinete, isca natural ou artificial, freezer, caixa de isopor, armadilhas diversas, facão, motosserra, arma de fogo, espingarda de mergulho ou arpão, aparelhos de respiração, aparelhos fotográficos, explosivos, substâncias ou produtos tóxicos, resíduos e similares. (NR)

§ 3º Serão ainda alienados na forma desta lei, os bens abandonados ou cujo infrator não pode ser identificado no ato da fiscalização, ou que evadiu-se do local da prática da infração. (NR)

§ 4º Os instrumentos, equipamentos, veículos, embarcações, petrechos utilizados diretamente na prática da infração, quando não classificados de uso proibido, serão alienados pelo órgão responsável pela apreensão, garantida, quando couber, a sua descaracterização por meio de reciclagem, ou ainda poderão ser utilizados pelo próprio órgão ambiental que procedeu a apreensão para o desenvolvimento de sua atividade fim. (NR)

§ 5º Tratando-se de alienação por venda, os recursos arrecadados serão mantidos em conta bancária específica, observadas as regras aplicáveis aos depósitos judiciais, até a conclusão do processo



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

administrativo, sendo revertidos, após a conclusão do referido processo administrativo, ao órgão ambiental responsável pela sua apreensão. (NR)

§ 6º Os produtos e subprodutos da fauna e flora, bem como os instrumentos de que trata o § 2º desta Lei, a critério do órgão ambiental responsável pela apreensão, poderão ser doados ou permutados, com órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual e municipal, a instituições científicas, hospitalares, militares, penais, culturais, educacionais, com fins beneficentes, filantrópicas declaradas de utilidade pública e comunidades carentes, observada a legislação específica (NR)

§ 7º A doação de que trata este artigo, poderá ser feita de forma sumária, simples ou com encargo, na forma de regulamento. (NR)

§ 8º A alienação mediante venda e permuta de que trata esta Lei, deverá observar no que couber, as disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, e regulamento específico. (NR)

§ 9º Os produtos e subprodutos da fauna e flora e dos recursos pesqueiros que não sirvam para alimentação ou quando o transporte os tornam inviáveis, bem como os equipamentos e petrechos considerados irrecuperáveis, substâncias, produtos tóxicos, resíduos perigosos ou nocivos à saúde humana, animal e ao meio ambiente, poderão ser incinerados, mediante autorização do órgão responsável pela apreensão. (NR)

§ 10 A destinação dos bens de que trata esta Lei, poderá ser feita no curso do processo administrativo que apura a infração administrativa no âmbito da administração ou da ação penal para apuração da prática de crime, em casos de comprovado risco de perecimento, ou iminência de perdimento, dos bens apreendidos pela fiscalização por deterioração natural, e/ou intempéries climáticas, conforme regulamento. (NR)

§ 11 Os animais da fauna silvestre serão preferencialmente libertados em seu *habitat* ou entregues a jardins zoológicos, centros de triagem, criadouros regulares ou entidades assemelhadas, de acordo



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

com a definição estabelecida em laudo técnico e que fiquem sob a responsabilidade de técnicos habilitados, quando for o caso;

§ 12 Tratando-se de apreensão de substâncias ou produtos tóxicos, perigosos ou nocivos à saúde humana ou ao meio ambiente, as medidas a serem adotadas, inclusive a destruição, serão determinadas pelo órgão competente e correrão às expensas do infrator.

§ 13 Na hipótese de decisão administrativa ou judicial que determine a restituição do bem alienado por qualquer das formas previstas nesta Lei, será procedida a correspondente indenização à pessoa física ou jurídica no valor arbitrado no processo administrativo por ocasião da apreensão, corrigido monetariamente pelos índices oficiais de governo. (NR)

§ 14 O órgão ambiental deverá constituir comissão interna, a qual ficará responsável pela alienação nas diferentes modalidades e desfazimento de bens apreendidos pela fiscalização.” (NR)

Art. 3º O § 2º do art. 29, da Lei nº 9.605, de 1988, passa a ter a seguinte redação, com acréscimo dos §§ 7º e 8º:

“Art. 29 .....

§ 1º .....

§ 2º No caso de guarda doméstica de espécie silvestre não considerada ameaçada de extinção, pode o juiz e a autoridade ambiental competente, considerando as circunstâncias, deixar de aplicar a pena ou sanção. (NR)

.....  
.....

§ 7º A pena é aumentada até o quádruplo, se o crime decorre do tráfico de espécimes da fauna silvestre, nativos ou migratórios.

§ 8º Considera-se tráfico, se a captura, aquisição e o transporte do animal, tem por objetivo a venda comercial para auferir vantagem ou lucro, ou para remessa ao exterior.”

Art. 4º O art. 31, da Lei nº 9.605, de 1988, passa a ter a seguinte redação:



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

“Art. 31. Introduzir espécime da fauna silvestre ou exótica no País ou entre estados e regiões, sem parecer técnico oficial favorável e licença expedida pela autoridade competente.

Parágrafo único. Incorre na mesma pena quem recebe, tem a posse ou a guarda da fauna silvestre ou exótica introduzida no País ou entre estados e regiões, sem documento que comprove a sua introdução mediante parecer técnico oficial e licença expedida pela autoridade competente.

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, e multa.”(NR)

Art. 5º O art. 38, da Lei nº 9.605, de 1998, passa a ter a seguinte redação, com o acréscimo do art. 38-B:

“Art. 38. Cortar árvore ou desmatar floresta pública ou privada, situada ou não em área de preservação permanente, mesmo que em formação, ou utilizá-la sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa ao ambas as penas cumulativamente.

§ 1º Incorre nas mesmas penas, quem, transforma, comercializa, armazena, transporta, ou tem em depósito, madeira, lenha carvão e outros produtos de origem vegetal, sem autorização da autoridade competente ou em desacordo com a obtida.

§ 2º Se o crime for culposos, a pena será reduzida à metade. (NR)

Art. 38-B. Desmatar, destruir ou danificar floresta nativa ou plantada em área de reserva legal, sem autorização do órgão ambiental competente ou em desacordo com a mesma.

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa ao ambas as penas cumulativamente.”

Art. 6º O art. 44, da Lei nº 9.605, de 1998, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 44. Exercer atividade de extração de pedra, areia, cal ou qualquer espécie de minerais em área coberta ou não por vegetação, de domínio público ou privado, sem licença ou autorização dos órgãos competentes, ou contrariando normas legais e regulamentares.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.” (NR)

Art. 7º O art. 50, da Lei nº 9.605, de 1988, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 50 Explorar, desmatar, destruir ou danificar floresta nativa ou plantada fixadora de duna ou mangue.

Pena – detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, ou multa ao ambas as penas cumulativamente.” (NR)

Art. 8º O art. 52, da Lei nº 9.605, de 1988, passa a ter a seguinte redação, com acréscimo do art. 52-A:

“Art. 52 Penetrar em unidades de conservação conduzindo substância ou instrumentos próprios para caça, pesca, ou para exploração de produtos ou subprodutos florestais, sem licença ou autorização da autoridade competente.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa. (NR)

Art. 52-A. Filmar ou fotografar para fins comerciais, praticar esporte, apanhar animais ou explorar recurso hídrico no interior de unidade de conservação, sem licença ou autorização da autoridade competente.

Pena – detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e multa.

Art. 9º O inciso IV, do § 2º do art. 54, da Lei nº 9.605, de 1988, passa a ter a seguinte redação:

“Art.54 .....

§ 1º .....

§ 2º .....

I - .....

II - .....

III - .....

IV – impedir ou dificultar o acesso e/ou o uso público, causar poluição às praias, tornando-as impróprias para o uso público; (NR)

V - .....

Pena – reclusão, de 1 (um) a 5 (cinco) anos.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

§ 3º .....

Art. 10 Os incisos II e III, do art. 71, da Lei nº 9.605, de 1988, passam a ter a seguinte redação:

“Art.71.....

I - .....

II – trinta dias para a autoridade competente julgar o auto de infração, contados da data de recebimento do processo apresentada ou não a defesa ou impugnação; (NR)

III – vinte dias para o infrator recorrer da decisão da autoridade competente dos órgãos integrantes do SISNAMA. (NR)

IV - .....

Sala das Comissões, em 16 de setembro de 2009.

Deputado **SARNEY FILHO**

Relator